

02 de maio de 2006

Polêmicas sobre o exame nacional de certificação para os níveis fundamental e médio serão tema de debate em São Paulo

Uma nova edição do Exame Nacional de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos - Encceja - está prevista para o final deste ano, provavelmente no mês de novembro. A notícia da realização da prova e alguns ajustes anunciados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação e responsável pelo Exame, apesar de ainda não completamente definidos, causaram desconforto em alguns grupos da sociedade civil, que reivindicam reavaliação, redefinição e até interrupção da proposta.

O Exame, que possibilita a certificação de candidatos nos níveis fundamental e médio da educação básica, nasceu em 2002 e foi pensado inicialmente para os brasileiros que vivem fora do país, em especial os que estavam no Japão. Lá (e atualmente também na Suíça), o modelo não esbarrou em polêmica alguma, já que cabe à União a relação com outros países. Internamente, ainda em 2002 o Exame foi aberto à livre adesão de estados e municípios. O MEC/INEP elaborava as provas, os manuais de orientação e as normas técnicas. Já às secretarias de educação cabia a impressão das provas e dos manuais, a realização das inscrições, a aplicação e a correção das provas, bem como a divulgação dos resultados e a emissão da certificação.

Naquele primeiro ano, 56 municípios inscreveram 14.488 alunos. Nos dois anos seguintes, 2003 e 2004, o Exame ficou em suspenso no Brasil e voltou a ser realizado em 2005, quando foram inscritos 38.687 alunos de cerca de 180 municípios; e permaneceram a adesão facultativa e a divisão de responsabilidades

As críticas à realização do exame, colocadas sobretudo por ativistas e pesquisadores do campo da educação de jovens e adultos, passam pelos desafios de uma prova nacional num país com dimensões continentais; pelo risco de enfraquecimento dos cursos presenciais de EJA na medida em que se oferece possibilidade de certificação sem frequentar as aulas; e pelo conflito de competências entre a União e os estados e municípios, lembrando que alguns estados organizam seus próprios exames de certificação. A quem cabe realizar um Exame com esse caráter?

O MEC/Inep rebate as críticas afirmando que a oferta do exame vem realizar um direito educativo, previsto em lei, para as pessoas jovens e adultas com baixa escolaridade, além de constituir-se em mais uma opção de acesso à educação àqueles que não tiveram condições de frequentar a escola na idade considerada adequada.

Estes e outros aspectos polêmicos referentes ao Encceja

serão abordados no debate da série "Desafios da Conjuntura", que o Observatório da Educação da Ação Educativa promoverá no próximo dia 8 de maio, às 15h. Participam do encontro o presidente do INEP, Reynaldo Fernandes, e Maria Clara Di Pierro, professora da Faculdade de Educação da USP. Renata Cafardo, repórter do jornal *O Estado de São Paulo* e Vera Masagão Ribeiro, coordenadora de programas da Ação Educativa, atuarão como debatedoras.

Debate: Encceja
Série Desafios da Conjuntura
Observatório da Educação / Ação Educativa
8 de maio de 2006, às 15h
Rua General Jardim, 660

Mais informações: (11) 3251-2333, ramal 130 ou
pelo site www.acaoeducativa.org

Observatório da Educação / Ação Educativa
General Jardim, 660 - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP: 01223-010
Tel.: (11) 3151-2333 | observatorio@acaoeducativa.org

